



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 1/2020/CONSUP/IFTO, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2020

1 Ata da quarta reunião extraordinária de dois mil e dezenove do Conselho Superior
2 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 dezoito de dezembro de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, no
4 Auditório I da Reitoria do IFTO, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra
5 duzentos e dois Sul, conjunto um, lote oito, Palmas, Estado do Tocantins, reuniu-se,
6 sob a presidência do magnífico reitor Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
7 IFTO, composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um terço do
8 número de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o
9 máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação
10 de um terço do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de
11 suplentes; representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
12 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco
13 representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e
14 igual número de suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual
15 número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas
16 estatais designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um
17 representante e um suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria
18 de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos diretores-
19 gerais dos *campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de
20 suplentes. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes
21 Cristiano Fernandes Mateus, primeiro titular; Nayara Dias Pajeú Nascimento, terceira
22 titular, Mírian Peixoto Soares da Silva, quarta titular; Edilson Leite de Sousa, segundo
23 suplente; dos representantes dos servidores docentes Carina Aparecida Lima de
24 Souza, primeira titular; Cláudio de Sousa Galvão, segundo titular, Francirley Resende
25 Borges Costa, terceiro suplente, dos representantes dos servidores técnico-
26 administrativos Diogo Carvalho dos Santos, primeiro titular; Rafael Pereira Soares da
27 Rocha, segundo titular; Wily Rosário da Silva, terceiro titular; William de Sousa Dias,
28 quarto titular; dos representantes dos discentes Milene Ana Silva Araújo Wermuth,
29 terceira titular; Ramon de Castro Silva, quarto titular; Luís Henrique Cirqueira da
30 Silva, quarto suplente; dos representantes dos egressos Estéfhané Lara Lopes
31 Rodrigues, primeira titular; Miquéias Alves da Rocha César, segundo titular; do
32 representante da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
33 Familiares do Estado do Tocantins – FETAET, Ruth Caetano Cardoso, do
34 representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Tocantins –
35 SINTRAS, Emmanuel da Silva Bronze; do representante da Federação do Comércio de
36 Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins – FECOMÉRCIO, Dirce Betânia de
37 Oliveira Faustino; do representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento da
38 Agricultura e Pecuária – SEAGRO, Erika Jardim da Fonseca; do representante do

39 Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e
40 Tecnológica – Seção Sindical Tocantins – SINASEFE, Klaus Rene Trein Laino.
41 Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e
42 declarou aberta a sessão. Na sequência, procedeu-se à deliberação do **ponto um**, a
43 saber: aprovação da ata referente à quarta Reunião Ordinária do Conselho Superior
44 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, realizada no dia
45 doze de novembro de dois mil e dezenove. Após apresentação,
46 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado com vinte votos favoráveis e
47 uma abstenção (Ruth Caetano Cardoso); o presidente iniciou a explanação sobre os
48 informes gerais. Antonio informou que o problema com o acesso ao SIGA EDU
49 persistiria por mais um período, pois a ferramenta não estava suportando o volume
50 de conexões simultâneas. Devido ao ajuste do calendário no ano de 2019, todas as
51 Unidades estavam finalizando o ano letivo ao mesmo tempo, com o lançamento de
52 notas e fechamento de diários, sobrecarregando a ferramenta. Informou que os
53 colegas da área de TI estavam trabalhando na tentativa de melhorar, mas
54 infelizmente o cenário não era positivo no momento. Antonio pediu a compreensão
55 dos colegas e solicitou que, na medida do possível, não estando agendado nenhum
56 tipo de Conselho final ou outra atividade que exija o fechamento do diário naquele
57 momento, os colegas aguardassem e dessem prioridade para os que estivessem com
58 o calendário de reuniões agendadas. Reforçou que a equipe de TI vinha trabalhando
59 desde o ano de 2018 com a Pró-Reitoria de Ensino na análise das deficiências do
60 SIGA e de outras ferramentas, em especial da ferramenta acadêmica do Sistema
61 Unificado de Administração Pública – SUAP, buscando integração entre todos
62 os sistemas de gestão; informou também que provavelmente, ao longo do ano de
63 dois mil e vinte, avançaremos nessa discussão vislumbrando uma nova ferramenta
64 para a Instituição. Afirmou que esta possibilidade estava sendo pautada por análise
65 técnica da equipe de TI e área de ensino, buscando entender quais os impactos da
66 migração de uma ferramenta nesta altura do campeonato. Afirmou que não é tão
67 simples a troca da ferramenta, é preciso analisar o aproveitamento do histórico de
68 informação da Instituição, por isso o processo é bastante lento devido à necessidade
69 do nível de critérios a serem avaliados. O presidente prosseguiu com os informes,
70 comunicando a visita rápida devido à logística aeroviária bastante difícil em
71 Palmas/TO na semana anterior do secretário da Secretaria de Educação Profissional
72 e Tecnológica –SETEC, Ariosto Antunes Culau. Citou alguns momentos do secretário
73 na oportunidade, com os gestores, momento aberto à comunidade, e temas
74 abordados, Future-se (reformulação) e Orçamento 2020 em especial. Citou a
75 afirmação do secretário de que o governo assegura a liberação do orçamento igual
76 ao de dois mil e dezenove mesmo ele estando em dois volumes diferentes no
77 projeto de Lei Orçamentária, o que nos tranquiliza. Mas ressaltou que, apesar da
78 afirmação do secretário, é necessário manter a cautela em relação ao
79 acompanhamento das despesas, afinal são situações distintas. Frisou que, mesmo
80 mantendo o cenário de dois mil e dezenove, sem controle das despesas e com o
81 aumento delas naturalmente pela inflação e aumento do salário mínimo, o
82 orçamento não cobrirá todas as despesas, nem manterá as ações previstas na
83 Instituição. Informou que em dois mil e dezenove algumas Unidades fecharam no
84 vermelho. Ressaltou que, para a realização do ajuste, há a necessidade de
85 acompanhamento e equilíbrio das despesas, mas, com a liberação do orçamento
86 integral em relação ao que foi previsto em dois mil e dezenove, a perspectiva é
87 positiva para o IFTO em dois mil e vinte. Antonio apontou o trabalho realizado com
88 sucesso que conseguiu diminuir o volume de despesas projetado de R\$

89 29.000.000,00 (vinte e nove milhões) para um valor em torno de R\$ 19.000.000,00
90 (dezenove milhões), o que significa pelo menos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) a
91 menos de despesa no IFTO para o ano de 2020. Lembrou que, mantido o mesmo
92 orçamento, serão dez milhões a mais a serem injetados em outras ações que não em
93 despesas essenciais como Pró-Qualificar, Qualidade de Vida, Projetos de Pesquisa e
94 Extensão, enfim uma série de outras ações, inclusive aquisição de equipamentos que
95 trarão avanços para a Instituição, tudo isso em função apenas do ajuste das
96 despesas. Informou também que o secretário Ariosto comunicou o volume adicional
97 de R\$ 3.000.000,00 (três milhões) para aquisição de equipamentos. Inteirou que, por
98 meio de trabalho promissor com a Secretaria, em fase de liberação quanto a este
99 recurso, algumas atas de revista de preço estão sendo disponibilizadas. Tal trabalho
100 é coordenado pela Pró-Reitoria de Administração – PROAD com as gerências de
101 administração de diferentes Unidades desde junho de dois mil e dezenove. Esse
102 trabalho possibilitou licitarmos mais itens em um espaço de tempo menor,
103 aproveitando todo o esforço. Informou que praticamente todas as Atas estão
104 disponíveis para a comunidade e uma vez que o recurso esteja conosco cabe
105 à Direção e comunidade indicar quais itens devem ser adquiridos. Antonio afirmou
106 que a análise deve ser feita de acordo com o cenário, que apesar de R\$
107 3.000.000,00 parecer muito recurso para nós, pessoas físicas, para o IFTO não é
108 muita coisa. Informou que uma das atas de aquisição de equipamento é de R\$
109 16.000.000,00 (dezesesseis milhões), e informou que foram quatro atas de registro de
110 preços. Sendo assim três milhões ainda não serão suficientes para atender a todas
111 as necessidades. Afirmou ser importante frisar esta situação, para evitarmos a
112 projeção de atendimento e resolução dos colegas que ouvem falar da liberação
113 desse recurso em relação a suas necessidades. Encerrou o assunto afirmando que,
114 apesar deste cenário, será possível avançar neste sentido. Adicionalmente reiterou
115 que foi liberado recurso de R\$1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) pela
116 SETEC para aquisição de placas e que, assim que o material chegar, o Colégio de
117 Dirigentes - CODIR se reunirá para definir onde o material será instalado. Afirmou
118 que o problema atual quanto à agilidade é a legislação vigente, que vem sendo
119 discutida diariamente sobre a compensação pela Energisa da energia gerada em
120 relação à consumida. Informou a possibilidade atual do IFTO, com diferentes
121 Unidades, cada uma com seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, gerar
122 energia local e abater no consumo de todas as outras, mas frisou que este modelo
123 encontra-se em estudo, com a proposta do abatimento apenas da Unidade do CNPJ
124 gerador. Antonio informou que uma análise sobre a questão será realizada, inclusive
125 sobre a manutenção das placas e Usinas. Informou a liberação do recurso de R\$
126 500.000,00 (quinhentos mil reais) pela senadora Kátia Abreu para investimento em
127 um projeto conduzido pelo *Campus* Palmas especificamente na área do
128 Turismo. Trata-se de cursos na área que serão ofertados à população da região
129 Sudeste do Tocantins, abrangendo a região do Jalapão (Natividade/Mateiros), com
130 recursos em especial para a área de hospedagem e gestão do turismo. Informou o
131 recebimento de ligação do deputado federal Tiago Braga Pereira – Tiago Dimas, do
132 partido Solidariedade/TO, confirmando a liberação de R\$ 700.000,00 (setecentos mil
133 reais) para um projeto que será executado na região de Santa Fé do Araguaia/TO,
134 para atendimento aos produtores rurais dos assentamentos da região. Assim, 50
135 famílias serão contempladas com esse projeto, executado diretamente pelo IFTO
136 com as famílias, sem intermediários. Tal projeto prevê tanto assessoria técnica, com
137 o apoio dos estudantes do curso de Engenharia Agrônômica na correção do solo,
138 distribuição de mudas para silvicultura e pequenos animais (ovino e caprinocultura).

139 Será feito um sistema de integração entre pecuária e floresta. A proposta é
140 desenvolver um trabalho com atividades que se estendam pelo menos por 4
141 (quatro) anos com essas famílias, com o compromisso de gerar renda para as
142 famílias com o mesmo volume de recursos aportado pelo deputado no primeiro ano
143 de projeto, com suporte direto dos *campi* de Colinas do Tocantins e Araguatins. O
144 presidente informou a liberação do recurso adicional de R\$ 1.500.000,00 (um milhão
145 e quinhentos mil reais) pela deputada federal Maria Auxiliadora Seabra Rezende –
146 Professora Dorinha, do Partido Político Democratas, para a construção do refeitório
147 do *Campus* Palmas. Para 2020, informou também as liberações na lei
148 orçamentária pelo deputado federal Vicente Paulo da Silva – Vicentinho do Partido
149 dos Trabalhadores, para os *campi* de Porto Nacional e Palmas, e pelo deputado
150 federal Célio Alves de Moura, do Partido dos Trabalhadores, que contemplará os
151 *campi* Pedro Afonso, Colinas do Tocantins e Araguatins. A conselheira Ruth afirmou
152 que o corte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) mencionado pelo presidente
153 referente à diminuição no volume das despesas da Instituição é necessário para
154 inclusive manter a sobrevivência do Instituto, mas pontuou que não
155 houve vantagem nenhuma na política destinada ao fortalecimento da educação no
156 IFTO. A conselheira Milene apresentou uma solicitação da servidora Zezé do *Campus*
157 Palmas relacionada ao procedimento para solicitação de documentos
158 às Coordenações de Registros Escolares – CORES por alunos menores somente com
159 a presença do responsável. Apesar do parecer da Procuradoria Federal junto ao IFTO
160 favorável a esta orientação, solicitou a flexibilidade da orientação para que os alunos
161 do *Campus* Palmas possam requerer alguns documentos sem a presença dos pais.
162 Para tanto, prontificou-se a fazer o encaminhamento para inclusão de pauta da
163 solicitação para a próxima gestão do Conselho. Milene, Érica e Wily aproveitaram o
164 momento e agradeceram a oportunidade de participação no Conselho no biênio de
165 2017-2019. O representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da
166 Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical Tocantins – SINASEFE,
167 Klaus Rene Trein Laino, comentou a respeito da fala da conselheira Ruth, frisando a
168 importância de não perder de vista os impactos do remanejamento orçamentário e
169 a necessidade de análise dos pontos negativos que ocorrem neste contexto. Antonio
170 explicou que os R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) não foram cortados pelo governo.
171 Segundo Antonio, houve sim reajuste interno, através de uma repactuação de
172 contratos, com o objetivo de manutenção de todos os serviços. Antonio comunicou
173 a solicitação de alteração da ordem de pauta pelo professor Rodrigo Dias, presidente
174 da Comissão Própria de Avaliação do IFTO – CPA, a respeito do **ponto 8**, a saber:
175 deliberação acerca da aprovação do Regimento Interno da Comissão Própria de
176 Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
177 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
178 nº 23235.026506/2019-17. Sem oposições a solicitação de antecipação do ponto foi
179 aprovada. Rodrigo Dias iniciou a apresentação do ponto oito com a projeção do
180 parecer da Procuradoria de 2017 com a principal motivação do Regimento, seguido
181 da apresentação dos demais documentos constantes dos autos do
182 processo. Informou que a principal alteração do documento trata-se da redação
183 de composição da Comissão do Artigo 3. Anteriormente a CPA Institucional
184 era composta por servidores de todos os *campi*, e a representatividade se dava por
185 um servidor docente, um discente e um técnico administrativo. No documento
186 apreciado, a CPA do IFTO é constituída por uma Comissão Institucional e por
187 Comissões Locais, compostas por membros representantes da comunidade
188 acadêmica e da sociedade civil organizada designados por ato do Reitor. A CPA

189 Institucional é vinculada à Reitoria, e composta de 1 (um) representante do corpo
190 docente indicado pela Pró-Reitoria de Ensino; 1 (um) representante eleito do corpo
191 técnico-administrativo da Reitoria; 1 (um) representante do corpo discente indicado
192 pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) do IFTO; e 1 (um) representante da
193 Sociedade Civil Organizada. A Comissão Local é vinculada ao *campus*, sendo
194 composta por 1 (um) representante de cada um dos seguintes segmentos, para cada
195 curso superior: Docente; Técnico Administrativo; Discente; Sociedade Civil
196 Organizada. Rodrigo Dias mencionou a alteração da redação do Art. 13º – Para fins
197 de transição, o processo de escolha dos novos membros da CPA serão concluídos até
198 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos dos seus membros. A conselheira
199 Milene sugeriu a alteração do Art. 3 em relação à composição da Comissão Local.
200 Solicitou que o texto do artigo deixe explícito que os representantes da Comissão
201 são relacionados ao curso avaliado. O conselheiro Diogo questionou se haverá uma
202 CPA para cada curso superior. Rodrigo explicou que serão duas CPAs, uma
203 institucional e as locais. As locais serão compostas de acordo com as quantidades de
204 cursos superiores, ou seja, a quantidade de membros variará de acordo com a
205 quantidade de cursos. O conselheiro Cláudio Galvão disse acreditar que a sugestão
206 de Milene é de entendimento de todos, por isso deve sim estar explicitado no
207 documento. Milene disse que a representação do Colegiado é fraca para os alunos,
208 pois há colegiado que não tem representante estudantil. Segundo Milene, sua
209 preocupação é exatamente o voto desses alunos mediante as demandas. Klaus disse
210 que, com relação à representação discente, é preciso antenar-se com a
211 independência da organização neste segmento institucional. Concordou com a
212 representação na Comissão Institucional do DCE, mas informou que a instituição
213 tem outras identidades estudantis além do DCE, e destacou os Centros
214 Acadêmicos – CAs dos cursos. Afirmou ser interessante que um representante das
215 comissões locais seja indicado pelo correspondente do CA. E para os cursos sem CA,
216 que seja suprido por deliberação dos discentes de forma direta. Com relação ao
217 Regulamento, sugeriu que deveria constar CA. Rodrigo questionou se a proposta
218 de Klaus era que o Centro Acadêmico conduzisse o processo eleitoral ou indicar.
219 Klaus respondeu que era indicar, pois neste caso já houve a eleição do Centro
220 Acadêmico. A sugestão de Klaus foi alterar o Art. 6º para o seguinte texto: Os
221 membros dos segmentos docente e técnico-administrativo das comissões locais
222 serão eleitos por seus pares, por meio de consulta pública deflagrada pela Direção-
223 Geral. Os membros representantes da Sociedade Civil Organizada serão indicados
224 pelos colegiados dos cursos superiores, e
225 os membros do segmento discente serão indicados **pelo Centro Acadêmico do**
226 **respectivo curso superior**. Klaus apresentou um adendo para ser tratado em
227 conjunto com a sugestão de alteração anterior. Sugeriu a alteração do Art 3, alínea d,
228 que trata da composição da Comissão Institucional, representação da sociedade civil
229 organizada, para um representante do SINASEFE, por ser o Sindicato que representa
230 os servidores com cadeira em várias comissões, mesmo critério utilizado na alínea c.
231 A conselheira Ruth questionou a solicitação de alteração feita por Klaus, e solicitou
232 então a inserção de outro segmento, justificando que a sociedade civil organizada se
233 distingue daquilo que é específico da representação de uma categoria. Antonio
234 explicou a questão da proporcionalidade de cada categoria; neste caso, a inserção
235 do Sindicato deveria constar em todas as comissões locais, o que causaria um
236 desequilíbrio entre as categorias. Quanto à representação da sociedade civil
237 organizada, Antonio explicou que, por mais que valorize sobremaneira o sindicato,
238 há a necessidade de um ente externo ao IFTO acompanhando as ações da

239 Instituição, e é esse papel que as sociedades civis cumprem nessa Comissão.
240 Justificou assim sua objeção à substituição dessa representação pelo SINASEFE.
241 Klaus informou que aderiu à proposta da conselheira Ruth, e explicou que ele não
242 tinha se atentado para representação da sociedade civil em Comissão Institucional,
243 mas sugeriu manter a proposta de acrescentar a representação do Sindicato. Wily
244 disse que, se o SINASEFE for inserido na Comissão, de acordo com o parecer da
245 Procuradoria, quanto à equidade e participação, traria desequilíbrio para a Comissão
246 entre técnicos e professores já contemplados na CPA, dois segmentos que o
247 SINASEFE já representa. Klaus mencionou que tem um parecer da Procuradoria
248 Federal junto ao IFTO combatendo esse argumento da duplicidade da
249 representatividade, visto que se trata de uma entidade/pessoa jurídica, e que o
250 mesmo argumento poderia ser aplicado ao caso do conselheiro Clerson, que é
251 professor e indicado por uma das pessoas jurídicas externas, e mesmo assim exerce
252 a representatividade. Assim, reforçou a proposta da conselheira Ruth. Por sua vez,
253 Ruth disse que, quando se trata do fortalecimento das entidades de representação,
254 não impede o contrário, é necessário brigar muito para que esteja representado.
255 Disse existir a distinção entre docente e Sindicato, e que toda uma categoria deve
256 ser representada desde que não prejudique, como no caso da inserção do
257 Sindicato. Salientou ainda que a representação do Sindicato é importante por unir e
258 pela visão mais ampla que tem, visão do todo, o que fortalece e qualifica. Antonio
259 apresentou as duas proposições, 1 (um) – manter o texto atual, 2 (dois) – inserir a
260 representação do SINASEFE, além das 4 (quatro) representações já existentes na
261 Comissão Central; passou-se à deliberação. Aprovada proposta 1 (um). Rodrigo fez
262 uma observação, explicou que, no novo desenho do Regimento, há as Comissões
263 Institucional e Local. A forma como a CPA institucional irá conduzir os trabalhos
264 encontra-se no § 5º, texto a saber: "Nas reuniões da CPA Institucional deverá estar
265 presente o coordenador da Comissão Local de cada **campus** e, na impossibilidade de
266 sua presença, o coordenador indicará um representante." Explicou que o
267 coordenador mencionado é o antigo presidente, e que a orientação é para a
268 Comissão Institucional não tomar as decisões e apenas repassar aos *campi*. Após
269 apresentação e discussão, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
270 unanimidade. Na sequência, o presidente iniciou a discussão do **ponto três**, a saber:
271 deliberação acerca da aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
272 2020-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
273 conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
274 nº 23235.013750/2019-10. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
275 tendo sido aprovado com vinte votos favoráveis e uma abstenção da
276 conselheira Carina Aparecida Lima de Souza. Na sequência, passou-se à discussão
277 do **ponto quatro**, a saber: deliberação acerca da alteração do Regulamento da
278 Revista Sítio Novo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
279 Tocantins, conforme Despacho nº 5/2019/CONRSN/REI/IFTO, de 7 de novembro de
280 2019, e demais documentos constantes do processo registrado no Sistema
281 Eletrônico de Informações sob o nº 23235.017608/2018-52. Após apresentação,
282 o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
283 sequência, passou-se à discussão do **ponto cinco**, a saber: deliberação acerca da
284 reformulação do Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação em
285 Desenvolvimento de Sistemas Computacionais do *Campus* Araguatins, do Instituto
286 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo
287 registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23233.034105/2017-81.
288 Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por

289 unanimidade. Na sequência, passou-se à discussão do **ponto seis**, a saber:
290 deliberação acerca da aprovação do calendário escolar/acadêmico dos cursos de
291 pós-graduação *lato sensu* do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal de Educação,
292 Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do processo registrado no
293 Sistema Eletrônico de Informações sob o nº 23233.029160/2019-11. Após
294 apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
295 unanimidade. Na sequência, passou-se à discussão do **ponto sete**, a saber:
296 deliberação acerca da aprovação do Regulamento das Atividades de Extensão do
297 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme autos do
298 processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o
299 nº 23235.018726/2019-69. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação,
300 tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, passou-se à discussão
301 do **ponto nove**, a saber: deliberação acerca da homologação do resultado
302 do processo eleitoral para escolha de representantes do Conselho Superior do
303 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, para o biênio 2019-
304 2021, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de
305 Informações sob o nº 23235.029308/2019-05. Milene informou que participou da
306 Comissão local do processo eleitoral e que foi notado o prazo exíguo para uma
307 campanha adequada, o que é um prejuízo e que deve ser observado para os
308 próximos processos. Antonio concordou com a colocação da conselheira Milene, e
309 frisou que o processo de campanha é difícil por vários outros fatores, e que o
310 levantado pela Milene é apenas um deles, o aspecto do prazo, mas que a
311 operacionalização dessa campanha é extremamente difícil, com risco de com isso
312 excluirmos boa parcela da comunidade pelo interesse de concorrer, afinal quem vai
313 querer pagar para concorrer? Frisou que é necessário observar a importância do
314 Conselho e a própria Instituição avaliar como auxiliar no custeio da campanha.
315 Informou que a Instituição tem 2 (dois) anos para trabalhar nessa estratégia, até
316 a próxima eleição. A conselheira Carina disse que é necessária uma apresentação do
317 papel do Conselho a toda a comunidade. O conselheiro Francirley ressaltou a
318 importância de reformular o documento que rege o processo eleitoral, visto que no
319 atual constam várias falhas. Afirmou que a responsabilidade dos prazos do processo
320 eleitoral é do próprio Conselho e não da Comissão. Antonio ressaltou que o
321 questionamento de Milene se deu no sentido de reforçar a necessidade de prazo
322 maior, e que a responsabilidade não era da Comissão, assumindo total
323 responsabilidade por não ter pautado antes em reunião com o Conselho, contudo
324 informou que os prazos do processo eleitoral foram baseados no calendário anterior,
325 que a gestão ainda não havia passado por este processo, e, assim, observou-se que 4
326 (quatro) semanas não são suficientes para a condução do processo eleitoral. Outra
327 pontuação do presidente foi sobre a solicitação da Comissão para alteração do
328 Regulamento, devido a várias falhas identificadas. Informou à Comissão que não
329 havia mais prazo para convocação do Conselho para aprovação de alterações no
330 Regulamento. Informou também que qualquer alteração no Regulamento, ainda
331 mais se tratando de uma eleição com prazo tão curto, obrigatoriamente impactaria
332 no prazo final, influenciando o resultado à véspera da eleição. Contudo, Antonio
333 disse que ao longo dos próximos 2 (dois) anos tem-se condição de incluir as
334 demandas apresentadas pela Comissão na revisão do Regulamento. Como
335 presidente, comprometeu-se a pautar o assunto, para que possa ser tratado em
336 tempo hábil. Klaus afirmou que realmente o prazo foi exíguo, gerando um grande
337 desafio para a Comissão. Pediu desculpas pela contundência de alguns
338 posicionamentos com a Comissão Central Eleitoral. Informou que a presidente da

339 Comissão sempre o atendeu com bastante cordialidade, buscando ao máximo
340 solucionar os problemas, e destacou a importância do Conselho, e portanto a
341 importância que tem a sua eleição, e disse que a falta de tempo minou a Comissão,
342 o que de forma nenhuma pode ser entendido como falta de capacidade dos
343 servidores membros da Comissão. Na oportunidade, Klaus destacou a necessidade
344 de triagem do regulamento eleitoral para a eleição dos representantes do Colégio de
345 Dirigentes – CODIR, visto que há a previsão de regimento, mas não há o
346 regulamento. São várias as alterações que devem ser observadas, pontuou. Disse
347 que assim como o aumento do cronograma facilita o trabalho da comissão eleitoral,
348 também tem implicação bastante positiva nas campanhas. Solicitou que fosse
349 registrado em ata que o nono ponto não homologa o resultado da eleição do CODIR,
350 mas sim apenas o resultado dos diversos segmentos (professores, alunos, técnicos
351 e egressos). Cláudio questionou a qual eleição Klaus estava se referindo, a dos
352 membros do CODIR ou a dos representantes do CODIR no Consup. Klaus explicou
353 que o CODIR elege 4 (quatro) representantes para o Consup, em uma eleição entre
354 os seus 17 (dezessete) membros, e disse que se referiu a esse processo eleitoral
355 interno do CODIR. Cláudio disse que o Regulamento não se refere a eleição para
356 representação do CODIR, mas sim a uma indicação. Disse não saber quais são os
357 servidores do CODIR que Klaus estaria defendendo, pois todos já teriam votado na
358 data da eleição como docente ou TAE, e questionou se ainda teriam um novo
359 voto. Klaus disse não ter entendido o questionamento de Cláudio. Klaus explicou
360 que o documento que regula as relações do CODIR disciplina que as deliberações
361 internas ao CODIR ocorram por meio de votações, e o regulamento do Consup é
362 claro no sentido de que o CODIR deve indicar 4 (quatro)
363 representantes; naturalmente essa indicação ocorrerá após uma votação dentro do
364 CODIR nos termos do regulamento, mas este regulamento referido não existe, sendo
365 a isso que se referiu. A comunidade elege em um processo eleitoral, paralelamente a
366 um outro processo dentro do CODIR; naturalmente quando a conselheira Ruth foi
367 indicada, bem provavelmente a diretoria da Federação chancelou o nome dela, nos
368 termos que constam na documentação cabível à Federação. Quando se trata do
369 CODIR, indicam-se 4 (quatro) nos termos da regulamentação que regerá o processo.
370 Afirmou que sua menção foi apenas ao documento que inexistente, e que a eleição
371 proposta não teria que acontecer no mesmo dia. Antonio solicitou aos conselheiros
372 para se aterem à pauta, que versa sobre a homologação do resultado do processo
373 eleitoral para escolha de representantes do Conselho Superior do Instituto Federal
374 de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, para o biênio 2019-2021, havendo
375 representação de docentes, discentes, técnico-administrativos e egressos. Quanto a
376 como se dará a representação do CODIR, Antonio informou que para
377 questionamentos existem instâncias, como a Procuradoria Federal, e o próprio
378 CODIR, e que o dia em que o recurso chegar ao Conselho, se chegar, será tratado
379 pelo Conselho. Afirmou não haver necessidade de se debruçarem sobre algo que
380 está no âmbito da opinião pessoal. Klaus deixou claro que não representava
381 nenhum servidor que estivesse questionando algo, que o seu posicionamento era no
382 sentido de que o Regulamento do CODIR trata da necessidade de um regulamento
383 que não existe, de competência do Conselho, sendo este o único
384 apontamento trazido por ele – que a regulamentação do CODIR aponta a
385 necessidade de um documento que não existe. Antonio deixou claro para Klaus que
386 a interpretação de que o regulamento do CODIR mencionado por ele precisa ser
387 construído pelo Conselho é uma interpretação pessoal, e que, havendo uma posição
388 jurídica a respeito do tema e sendo necessária a deliberação pelo pleno, o assunto

389 será pautado. Afirmou que em âmbito de posições pessoais o Conselho não
390 avançaria, que a necessidade atual era de um norte jurídico. Ruth propôs que,
391 meses antes de deflagrar o próximo processo eleitoral para a representação do
392 Conselho, fosse trazida a discussão sobre o regulamento para que essa seja menos
393 conflituosa e que o Conselho tenha tempo hábil para análise. Antonio disse
394 concordar com a proposição de Ruth, e que para o ano de dois mil e vinte seja
395 interessante fazer essa discussão, debruçar sobre o regulamento do Conselho,
396 olhando o Consup como benefício institucional, pois em dois mil e vinte e um
397 ocorrerá o processo eleitoral institucional, e que não é interessante para a
398 Instituição possibilitar a associação dos processos. Diogo reforçou que o prazo de 6
399 meses antes da próxima deflagração coincidirá com o processo eleitoral e que esta
400 concepção deve ser feita no início da nova gestão do Conselho. Klaus fez a leitura do
401 Art. 2º, inciso 8º, do Regulamento que rege a participação dos conselheiros e ao
402 final questionou ao presidente sobre o regimento citado. O presidente reiterou que
403 a discussão será analisada juridicamente, que apontará todos os caminhos, inclusive
404 se o recurso defendido por Klaus prospera ou não, se há instâncias recursais ou não,
405 tudo ao seu tempo. Antonio aproveitou a oportunidade para pedir aos novos
406 conselheiros que concentrem a atenção em trazerem para o pleno apenas
407 discussões que já estejam embasadas juridicamente. Afirmou que o conhecimento
408 interno da Instituição que alguns têm e que os colegas externos e estudantes não
409 têm tornam as discussões alheias a estes, o que não é o objetivo do pleno. O
410 objetivo do Conselho é discutir a pauta, com documentos e pareceres jurídicos
411 apresentados para análises e deliberar sobre esta temática, e que as outras
412 demandas devem ser vencidas nas suas próprias instâncias, e que o Conselho
413 não deve ser utilizado como cavalo de batalha para outras coisas. Milene questionou
414 o cancelamento do texto do ponto nove apresentado na pauta, informou que
415 estava incomodada com o texto. O presidente disse que o texto da pauta poderia ser
416 alterado naquele momento, mas ressaltou que o texto da pauta versa sobre um
417 processo com escopo muito bem definido, e devidamente indicado no texto do
418 ponto. Para esclarecer a conselheira, Antonio informou que na Resolução poderia
419 constar que a representação se tratava dos segmentos dos discentes, docentes,
420 técnicos e egressos. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, tendo sido
421 aprovado por unanimidade. Finalizados os pontos de pauta, por ser a última reunião
422 do Biênio 2017-2019, eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho
423 Superior, a título de conhecimento fiz a leitura do resultado definitivo da nova
424 composição do Conselho, biênio 2019-2021. Não havendo mais nada a tratar, o
425 presidente agradeceu o empenho e o trabalho desenvolvido pelos conselheiros do
426 biênio 2017-2019, além da presença de todos, e encerrou a reunião, e eu, Rosseane
427 Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que,
428 depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente do Conselho, e
429 pelos membros deste Conselho que compareceram à reunião.

430

431
432

Documento assinado eletronicamente por **William de Sousa Dias, Conselheiro**, em 14/07/2020, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho dos Santos, Conselheiro**, em 14/07/2020, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Soares da Rocha, Conselheiro**, em 20/07/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Sousa Galvao, Conselheiro**, em 20/07/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miquéias Alves da Rocha César, Conselheiro**, em 21/07/2020, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 23/07/2020, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento, Conselheira**, em 28/07/2020, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Ana Silva Araujo Wermuth, Conselheira**, em 28/07/2020, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francirley Resendes Borges Costa, Conselheiro**, em 28/07/2020, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wily Rosario da Silva, Conselheiro**, em 30/07/2020, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Jardim da Fonseca, Conselheira**, em 31/07/2020, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel da Silva Bronze, Conselheiro**, em 05/08/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 02/02/2021, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0934240** e o código CRC **3351B162**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.ifto.edu.br — reitoria@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.030408/2019-76

SEI nº 0934240